

As minorias conseguem aceder à Universidade, mas obtêm menos títulos

Em finais de abril, o Supremo Tribunal norte-americano deu o seu aval à decisão do estado do Michigan de proibir a discriminação positiva por motivos raciais (*affirmative action*) nas universidades estaduais. Esta decisão voltou a colocar em primeiro plano as diferenças em resultados educativos por raças, especialmente na universidade.

A batalha pelo acesso das minorias ao ensino superior conseguiu bons resultados nos últimos anos. A percentagem de alunos negros e hispânicos que, após terminarem o secundário (*high school*), se matriculam numa instituição universitária, é muito semelhante à dos estudantes brancos (cerca de 70%). Daí que, como argumentou o estado do Michigan, as políticas de discriminação positiva já não sejam tão necessárias como noutros tempos, ou não o são absolutamente.

De facto, as diferenças no número de matrículas estão muito mais ligadas ao nível económico dos estudantes que à sua origem étnica. 82% dos filhos de famílias abastadas acedem a algum tipo de formação universitária ao terminarem a *high school*, para somente 52% dos de estratos baixos.

Pelo contrário, a taxa de formatura está muito associada à raça. Este indicador refere a percentagem dos alunos que terminam os seus estudos num prazo máximo de dois anos superior ao número de anos letivos do programa. Segundo dados do Departamento da Educação, dos brancos que, em 2005, começaram um curso de quatro anos letivos, 62% tinham-se formado seis anos depois; nesse período, só o tinham conseguido 51% dos hispânicos e 40% dos afro-americanos (a diferença entre sexos, a favor dos estudantes do sexo feminino, era também maior nas minorias, sobretudo a afro-americana).

É verdade que, para oferecer uma perspetiva mais completa do problema, haveria que ter em conta também outros fatores, como a estrutura familiar ou o conhecimento do idioma; mas também a verdade é que, quanto às diferenças na taxa de formatura, a raça é mais influente do que o estrato socioeconómico do estudante.

Como explica um artigo em “FiveThirtyEight” (“Race gap narrows in college enrollment, but not in graduation”, 30.4.2014), a diferença entre afro-americanos e hispânicos em relação aos brancos é maior do que a existente entre alunos com bolsas Pell (só para estudantes com poucos recursos) e os que não as recebem.

Em parte, a baixa taxa de formatura entre as minorias hispânica e afro-americana está associada à sua escassa presença nas universidades “maiores”, as que têm programas de quatro anos letivos: 62% dos universitários brancos estudam numa destas instituições, contra 55% e 46% dos afro-americanos e hispânicos, respetivamente. Pelo contrário, ambos os grupos estão muito presentes nas *colleges* de dois anos letivos, onde a taxa de formatura é muito menor; e nos cálculos não se têm em conta os estudantes a tempo parcial, segmento onde predominam os alunos não brancos.

Se à baixa taxa de formatura universitária das minorias raciais se lhe juntar o seu maior insucesso escolar no secundário, o resultado é que o seu Índice de Sucesso Educativo – até onde se chegou nos estudos – é claramente inferior ao dos brancos: em 2013, 40% dos jovens brancos entre 25 e 29 anos tinham um diploma universitário, contra 20% dos afro-americanos e 15% dos hispânicos.

Isto reflete-se na taxa de desemprego. Apesar de, como explica um artigo em “The Atlantic” (“For black kids in America, a degree is no guarantee”, 27.5.2014), os benefícios de possuir um título universitário serem menores para os afro-americanos do que para os brancos, as vantagens *ad intra* são claras: entre os jovens da minoria negra dos 25 aos 29 anos, a taxa de desemprego em 2013 era de 7,6% entre os que contavam com um título superior, e de 17,8% para os que não o possuíam.

Narciso sai do armário

A preocupação em proteger a privacidade na Internet poderia dar a impressão de que vivemos numa época zelosa da intimidade. No entanto, nunca foi tão clamorosa a exibição do privado. Fenómenos como o gosto pelas *selfies*, pelo *sexting*,

as aplaudidas saídas do armário, as filas no *casting* para o Big Brother, a exposição da sujidade nos *talk shows*...levam a exclamar: por favor, não me invada com a sua intimidade!

Tudo isto reflete que vivemos numa *Cultura do narcisismo*, como já fora diagnosticado por Christopher Lasch em 1979, quando ainda não existiam os recursos que hoje a Internet oferece para que Narciso se enamore da sua própria imagem virtual. Com Lasch, o conceito de narcisismo foi transferido da psicologia para a sociologia. Se para Freud, o narcisismo era uma etapa do desenvolvimento infantil, em que a libido está centrada no próprio corpo, Lasch assinalou um narcisismo social, presente hoje nas sociedades ocidentais. Sem chegar à patologia narcisista que a psicologia estuda, o narcisista atual é um ser inseguro e dependente da aprovação alheia. “O narcisista espera de outros a confirmação da sua autoestima”, afirma Lasch. Necessita que os outros lhe digam “eu gosto”. Não é estranho que os géneros do momento sejam os autorretratos fotográficos, o diário íntimo aberto e as confissões públicas.

Esta ansiedade nota-se também nessas celebridades que saem do armário para que os outros fiquem a saber que são homossexuais e que as aplaudamos por isso. Há uns meses, aconteceu outro *coming out* protagonizado por Michael Sam, jogador da Liga Nacional de Futebol americano. Já antes o havia revelado numa entrevista. Mas depois voltou a fazê-lo na televisão, quando ao saber que tinha assinado pelos Rams de St. Louis, abraçou a solteira o seu noivo e o beijou.

A notícia foi apresentada como o aparecimento do primeiro jogador abertamente *gay* nas grandes ligas do desporto profissional norte-americano. Embora seja verdade que o mesmo se disse quando saiu do armário o *pivot* da NBA, Jason Collins, em 2013. Vê-se que neste desporto do *coming out*, todos podem ser os primeiros.

Estes anúncios são aplaudidos como gesto de valentia e coragem, perante um ambiente hostil. Mas, de facto, o *lobby gay* tem vindo a trabalhar há vários anos com as grandes ligas do desporto para que haja jogadores que tragam à luz do dia a sua homossexualidade. Tudo está preparado para que o anúncio seja recebido com aplausos, por convicção ou por seguir a corrente.

Pela reação orquestrada após o anúncio de Michael Sam, não é precisa muita valentia nos EUA para um desportista revelar ser *gay*. Haverá palavras calorosas de Obama, ou o elogio da “Sports Illustrated”, a bíblia do desporto americano que comentou o abraço: “Foi algo único, incomparável com nada que os espectadores tenham visto antes”. Vamos lá, nem a chegada à Lua.

Dizem as crónicas que os espetadores escutaram os aplausos na sala onde o futebolista afro-americano “fizera história”. Até hoje, para fazer história no futebol americano, havia que ganhar campeonatos. Agora, basta uma declaração e um abraço ao noivo.

Que uma pessoa possa afirmar com sinceridade o que é, pode ser considerado positivo, se aos outros isso lhes importa. E se Sam se sente melhor declarando que é *gay*, ninguém o vai censurar. Mas também poderia considerar que a grande parte do público não é relevante com quem se beija.

Se a valentia tem que ver com o risco, o sair do armário nos EUA não requer hoje muita determinação e coragem. Indica antes essa atitude narcisista tão conatural aos ambientes fechados que procuram respeitabilidade pública: aqui estou eu, olhem para mim, felicitem-me, aplaudam-me.

O narcisismo é facilitado pela ideologia segundo a qual a identidade sexual é variável e maleável, como moda de temporada: nasci homem, mas agora sou mulher e, se preferir, mulher barbuda como Conchita Wurst! Nunca Narciso teve tal leque de possibilidades.

I. A.

Fecundação demasiado heteróloga

O Tribunal Constitucional italiano anulou a proibição da fecundação heteróloga contida na lei de reprodução assistida de 2004. O Tribunal considera que isto se opõe ao direito dos cidadãos viverem a maternidade ou a paternidade, independentemente de o filho ser concebido com os gâmetas do casal ou de um doador externo. A ideia do “direito ao filho” avança assim em algumas das poucas legislações europeias que até ao momento consideravam ter o filho direito a inscrever-se na herança genética dos seus pais, sem intervenção de um terceiro.

Um dos primeiros casais que poderá invocar a seu favor a alteração legal é um que se submeteu a uma fecundação *in vitro* que, contra a sua vontade, se verificou ser heteróloga, inclusivamente demasiado heteróloga!

A notícia ocupou os títulos poucos dias depois da sentença do Tribunal. A mulher tem em gestação gémeos de quatro meses, mas, pelas análises genéticas, não são seus. Os gémeos seriam de outro casal que se submeteu no mesmo dia ao processo de fecundação *in vitro* no mesmo hospital Sandro Pertini de Roma, onde houve um erro na altura da transferência dos embriões.

Aquela que até ao momento era uma grávida feliz, viu-se de repente convertida em “mãe substituta” ou “barriga de aluguer” não paga. Que fazer? Os pais interrogam-se: o que terá acontecido aos nossos embriões? Em que casal foram acolhidos os nossos desejados bebés?

O único aspeto que está claro é que os gémeos vão nascer. Com uma decisão que a honra, a mulher fez saber através do

seu advogado: “Tive um momento de humana rejeição quando me apercebi que não eram meus, melhor dito, nossos, que os embriões em gestação no meu corpo eram de outra mulher. Mas depois decidimos que a gravidez devia continuar. Estes são os nossos valores. Estes bebês vivem dentro de mim, sentiu-os palpitar sobre o meu coração, crescem e estão sãos. Como posso decidir sobre o destino de duas criaturas tão esperadas?”.

A sua atitude pode dizer muito aos que defendem o aborto como o melhor recurso perante uma gravidez não desejada. Pode haver um gravidez menos desejada do que aquela que nem sequer dará lugar aos próprios filhos? Mas a mulher sentiu os gémeos dentro de si, compreende que as suas vidas não estão nas suas mãos e sente a sua responsabilidade de os trazer ao mundo.

Sem dúvida, o erro é um caso isolado, embora não único. Mas a história também indica algo sobre a fecundação *in vitro*, nomeadamente sobre a que recorre a gâmetas alheios. Se, como diz o Tribunal Constitucional, tão normal e lícito é utilizarem-se os gâmetas dos pais como recorrer a um terceiro, então os gémeos seriam tão filhos desta mãe grávida como dos pais genéticos. O importante é exercer o direito à maternidade. Mas se interessa que o embrião resultante da fecundação *in vitro* receba a herança genética dos pais, então o gâmeta do doador não seria mais do que um intruso.

O caso dos embriões errados indica também que a deriva da reprodução assistida leva à legalização da maternidade de aluguer, como já sucedeu nalguns países, da Índia aos EUA. Haverá casais cuja esterilidade se deve a que a mãe não pode gestar; nesse caso, se o que tem primazia é o direito à maternidade, como não reconhecer o seu direito a usar como instrumento o útero de outra mulher? O assanhamento procriador não irá retroceder diante destas arcaicas resistências.

O que não está claro é que história vai ser contada aos gémeos quando forem adultos. Terão direito a conhecer as suas origens e a sua rocambolesca gestação? Interrogar-se-ão sobre de quem são filhos na realidade? Influidá isto no seu equilíbrio psicológico? Mas estas são perguntas indesejáveis quando predomina a mentalidade do “direito ao filho”. Não seria preciso fazê-las se se compreendesse que o nascimento de um filho deve ser fruto da união de duas pessoas, não produto de laboratório da soma de dois gâmetas.

I. A.

“Los 7 hábitos de las familias altamente efectivas”

“The seven habits of highly effective families”

Autor: Stephen R. Covey

Palabra. Madrid (2014)

496 págs.

Stephen Covey não necessita de apresentações, como tão pouco as necessita o seu livro. Como não podia ser de outro modo, este texto tem a ver com o *best-seller* “The seven habits of highly effective families”, que o autor publicou em 1989. No caso das famílias, ser altamente eficazes significa ter relações plenamente satisfatórias e estáveis, algo que neste mundo turbulento se verifica ser muito complicado.

A solução não passa por realizar cem práticas novas, por estar continuamente à procura de técnicas mais inovadoras, mas estabelecer um quadro básico de princípios fundamentais que possam aplicar-se em qualquer situação. Segundo Covey, os sete hábitos que ele propõe, criam este âmbito e proporcionam-nos uma forma de pensar e de ser com a qual saberemos o que fazer e quando atuar. Em relação a como fazê-lo, acrescenta, exige-se habilidade e isso implica prática.

Quais são esses sete hábitos? O primeiro é *ser pró-ativo*, ser responsável pelas escolhas feitas e tomar decisões com base em princípios e valores, não em estados de espírito ou outras circunstâncias. O segundo, *começar com o objetivo na mente*, o que significa que devemos ter uma declaração de missão matrimonial ou familiar clara, uma visão mental do futuro, um propósito, um projeto. O terceiro hábito pressupõe *avançar primeiro com o primeiro*, isto é, ter prioridades claras e como são declaradas na missão familiar; é a sua célebre recomendação, “o mais importante é que o mais importante seja o mais importante”, aplicada à família.

Covey designa o quarto hábito *pensar “ganhar-ganhar”*. Em oposição à atitude egoísta (ganhar-perder, ganho eu mesmo que percam os outros) e à atitude mártir (perder-ganhar, perco para que ganhem os outros), torna-se muito mais eficaz pensar em termos de benefício recíproco, fomentando o apoio e o respeito mútuo. A família é um “nós” que desenvolvem acordos sob o princípio de “ganhar-ganhar”. Estreitamente relacionado com este quarto hábito está o quinto: *Procura primeiro compreender e depois ser compreendido*, assim se construindo relações profundas de confiança e amor. Com efeito, primeiro tem de se ouvir para compreender a forma de pensar e os sentimentos dos outros, e depois comunicar os pensamentos e sentimentos próprios.

Os dois últimos hábitos consistem em *fazer sinergias* e *afiar a serra*. *Fazer sinergias* é saber utilizar as forças individuais e familiares em proveito do conjunto. Parar para *afiar a serra* é o hábito de reabastecer e de fazer trabalhos de manutenção nas quatro áreas chave da vida: física, social, mental e espiritual. A

cultura familiar que criamos, necessita de receitas constantes na Conta do Banco Emocional, como o designa o autor, para nos renovarmos pessoalmente e não cair na entropia familiar.

O livro de Stephen Covey é fácil de ler, mas torna-se talvez excessivamente longo. A extensão é justificada pela inclusão de centenas de histórias, exemplos, anedotas, citações, assim como de ideias e reflexões, quadros e exercícios.

P. G.

